

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 17768/2022

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na área de segurança eletrônica para a **ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE CFTV E ACESSORAMENTO TÉCNICO QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA**, para atender às necessidades da Rede Municipal de Saúde conforme condições, especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Subsecretaria de Atenção Básica
Programa de Estratégia da Saúde da Família
Hospital Municipal Raul Sertã
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra De Castro
Subsecretaria De Vigilância Em Saúde
Subsecretaria da Vigilância Sanitária
Gerência De Saúde Mental (CAPS II, CAPS A.D., CAPS INFANTIL)

1.3. **Fundamentação legal:** PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, e do Decreto Municipal 599/2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019.

1.4. **Tipo:** Menor preço por lote nos termos da Lei nº. 8666/93.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

Item	Catser	Especificação	U/C	Qtde
LOTE 01 -SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA				
1	20060	Contratação de empresa especializada para em Segurança Eletrônica para ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE CFTV E ACESSORAMENTO TÉCNICO QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA Subsecretaria de Atenção Básica , nas Unidades a seguir: ➤ Policlínica Sylvio Henrique Braune e Setor de Imunização ➤ Posto de Saúde Tunney Kassuga ➤ Posto de Saúde Waldir Costa ➤ Unidade Básica de Saúde José Copertino Nogueira ➤ Unidade Básica de Saúde Ariosto Bento de Mello	Unid.	1



LOTE 02 - PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA				
1	20060	Contratação de empresa especializada para em Segurança Eletrônica para ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE CFTV E ASSESSORAMENTO TÉCNICO QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO Programa de Estratégia da Saúde da Família , nas Unidades a seguir: <ul style="list-style-type: none">➤ ESF Amparo➤ ESF Rio Grandina➤ ESF Nova Suiça➤ ESF Campo do Coelho➤ ESF Mury➤ ESF São Pedro da Serra➤ ESF Lumiar	Unid.	1
LOTE 03 - HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO				
1	20060	Contratação de empresa especializada para em Segurança Eletrônica para ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE CFTV E ASSESSORAMENTO TÉCNICO QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO COMPLEXO QUE COMPÕE O HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO , que é composto pelo PRÉDIO PRINCIPAL (HOSPITAL), AMBULATÓRIO, HEMOCENTRO, SETOR DE 192, CENTRAL DE TRANSPORTE E TFD/REGULAÇÃO.	Unid.	1
LOTE 04 – HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO				
1	20060	Contratação de empresa especializada para em Segurança Eletrônica para ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE CFTV E ASSESSORAMENTO TÉCNICO QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO Hospital Maternidade DR. Mário Dutra de Castro.	Unid.	1
LOTE 05 – SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				



1	20060	Contratação de empresa especializada para em Segurança Eletrônica para ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE CFTV E ASSESSORAMENTO TÉCNICO QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA Subsecretaria de Vigilância em Saúde.	Unid.	1
LOTE 06 – SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
1	20060	Contratação de empresa especializada para em Segurança Eletrônica para ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE CFTV E ASSESSORAMENTO TÉCNICO QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA Subsecretaria de Vigilância Sanitária.	Unid.	1
LOTE 07 – GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL				
1	20060	Contratação de empresa especializada para em Segurança Eletrônica para ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SISTEMA DE CFTV E ASSESSORAMENTO TÉCNICO QUANDO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA Gerência de Saúde Mental, nas Unidades a seguir: ➤ CAPS A.D. ➤ CAPS II ➤ CAPS INFANTIL	Unid.	1

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, bem como contratação de serviços que visam à composição da sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. Tal sistema/contratação visa garantir uma maior segurança no âmbito das Unidades de Saúde, uma vez que todas as Unidades tratam de uma gama diversificada de pacientes sendo uma importante ferramenta na prevenção de possíveis delitos, uma vez que possibilita o monitoramento on-line da circulação de pessoas nas dependências internas e externas das Unidades.

3.3. O mencionado sistema visa à segurança dos bens existentes nas Unidades, uma vez que se faz necessário monitorar suas dependências por meio de um circuito fechado, de modo a inibir eventuais tentativas de subtração de bens ou acesso indevido as suas dependências, bem como identificar os praticantes de tais atos.

3.4. Tal contratação de Empresa Especializada em Segurança Eletrônica para Elaboração do Projeto faz-se extremamente necessária diante da situação atual de vulnerabilidade da segurança pública e o constante aumento de insegurança com relação a segurança patrimonial, dos usuários e dos servidores da Rede Municipal de saúde, nas Unidades de Saúde.

3.5. Tendo em vista as normas de segurança vigentes, faz-se necessária à adequação do espaço ocupado pelas referidas Unidades, proporcionando condições satisfatórias de segurança preventiva pessoal e patrimonial naqueles ambientes de trabalho.

4. CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA O PROJETO

- 4.1. O projeto a ser concebido deverá obedecer à legislação específica referente às normas da ABNT, e outros órgãos normativos.
- 4.2. Será necessária a apresentação da Certidão de Acervo Técnico, do profissional de nível superior, que irá elaborar o projeto, emitida pelo CREA e/ou CAU.
- 4.3. Indicar, na data da assinatura do contrato, um profissional para ser responsável técnico do serviço, que atuará como preposto, na forma do disposto no Art. 68 da Lei nº 8.666/93, informando à fiscalização contratual seu nome completo e telefone de contato.

5. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

- 5.1. Para participar da licitação, o licitante deverá apresentar, em plena validade, os seguintes documentos:

5.1.1. Certidão de Registro da empresa, atualizada, expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com o disposto no inciso I, do art. 30, da Lei nº. 8.666/1993.

5.1.2. Declaração que possuirá em seu quadro de funcionários, engenheiro eletricista, responsável técnico para realização dos serviços previstos no objeto deste Termo de Referência.

5.1.2.1. A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais com a empresa poderá ser efetuada por intermédio do Contrato Social, se sócio, ou Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou Ficha de registro de empregado ou pela Certidão de Registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, se nela constar o nome do profissional indicado, ou Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso a licitante se sagre vencedor desta licitação;

- 5.2. Será necessária demonstração de regularidade junto ao Conselho de classe CREA da empresa e de seus responsáveis técnicos;
- 5.3. Os projetos deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com as resoluções específicas de seus respectivos Conselhos.
- 5.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais de nível ou habilitação que se coadunem às necessidades dos serviços, devendo, em especial, designar pelo menos 01 (um) Engenheiro com especialização em elétrica ou eletrônica e experiência profissional compatível com as atividades previstas para a execução do objeto, de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Profissional (CREA), para ser Responsável Técnico.
- 5.5. O desenvolvimento do Projeto e a coordenação técnica do mesmo deverão ser efetuados pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) no subitem 5.3, de modo a promover a implantação da solução proposta para os elementos diversos da edificação;
- 5.6. O autor deverá assinar todas as peças gráficas que compõem o seu projeto (relatório, laudo, desenhos, planilha, cronograma, especificações etc.)
- 5.7. A aprovação do projeto não eximirá o(s) Responsável(is) Técnico(s) e os autores dos projetos das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.

5.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.8.1. O responsável técnico pela execução dos serviços deverá comprovar o registro no Conselho Regional Competente;

5.8.1.1. Apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, em nome do profissional indicado como responsável técnico, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA ou no CAU e acompanhado (s) da Certidão de Acervo Técnico (CAT) do respectivo profissional, bem como de sua (s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica (ART(s)), emitido (s) pelo CREA, ou de sua (s) RRT (s), emitido (s) pelo CAU, no (s) qual (is) comprove (m) que este tenha sido responsável, dentro de suas competências, pela elaboração e/ou execução de projeto básico de circuito fechado de TV – CFTV;

6. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

6.1. Será de inteira responsabilidade da EMPRESA CONTRATADA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO a aprovação e alterações necessárias do projeto contratado nos diversos órgãos competentes, de fiscalização e controle, e demais entidades que as solicitem, até a aprovação e legalização definitiva dos mesmos.

6.2. A aprovação e legalização dos projetos não eximirão seus autores das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às suas atividades profissionais.

6.3. A empresa contratada deverá arcar com a custa de todos os documentos impressos, pagar as taxas de análise do projeto e mobilização para o serviço de protocolo e acompanhamento nos órgãos competentes para aprovação e legalização dos projetos, devendo estes custos estarem inclusos em suas propostas.

6.4. Após a aprovação e a legalização dos projetos nos órgãos competentes, os referidos projetos não mais poderão ser alterados substancialmente. Caso haja modificações, no decurso da obra, em decorrência da não observância das normas e legislações vigentes, no caso da não compatibilidade do projeto com a realidade, a empresa contratada deverá providenciar a legalização das modificações nos órgãos competentes sem ônus, de novos documentos impressos e mobilização, para a Contratante.

6.5. A empresa contratada e os respectivos profissionais responsáveis pelo projeto deverão ficar cientes de que os mesmos serão solicitados a qualquer momento pela Contratante e/ou pelas futuras empresas contratadas para execução das obras, a prestar esclarecimentos e dizimar as dúvidas que por ventura apareçam sobre os projetos e especificações.

6.6. Os projetos de instalações em geral deverão ter como objetivo básico a COMPATIBILIZAÇÃO entre estes e o arquitetônico. Deverão sempre ser levados em conta os aspectos estéticos e funcionais, visando à facilidade de manutenção, segurança e controle do sistema como um todo.

6.7. A empresa contratada e os respectivos profissionais responsáveis pelo projeto deverão ficar cientes de que os mesmos serão solicitados a qualquer momento pela Contratante e/ou pelas futuras empresas contratadas para execução, a prestar esclarecimentos e dizimar as dúvidas que por ventura apareçam sobre os projetos e especificações.

6.8. A contratada deverá apresentar Registro das Responsabilidades Técnicas dos serviços realizados, dos Conselhos Regionais correlatos.

7. PROJETO BÁSICO

7.1. O projeto básico é a definição técnica completa, mas anterior ao nível executivo, e apresenta as informações necessárias ao planejamento da execução do projeto.

7.2. Além deste projeto devem ser apresentados quantitativos de materiais, serviços e etapas De execução.

7.3. O projeto deve ser apresentado em meio digital (CD, DVD), com informações adequadas sobre impressão em grandes formatos ("plotagem"), e também deverá ser entregue plotado em duas vias, ou seja,

será entregue a Contratante em dois jogos. Os documentos em formato A4, também deverão ser entregues impressos em duas vias.

7.4. Deve constar destes projetos o conjunto de desenhos técnicos normalizados e cotados, com informações textuais necessárias, para que seja possível o pleno entendimento da configuração das instalações prediais para a execução do projeto.

7.5. O Projeto Básico pode, ainda, configurar documento técnico suficiente para remuneração de etapas de projeto e como etapa de contrato para consolidar a anuência do demandante diante das decisões projetuais e técnicas do contratado, bem como para subsidiar processos licitatórios, conforme legislação em vigor.

8. PROJETO EXECUTIVO

8.1. Definição detalhada do projeto, quantitativos, orçamento e especificações técnicas, segundo normas técnicas brasileiras, prazos de execução, viabilidade econômico-financeira e exigências de uso, conforme Lei Federal no 8.666/1993. O projeto executivo configura documento técnico capaz de atender a todas as exigências suficientes e necessárias à execução, definição de metas e prazos, planejamento da execução e operação da obra concluída.

8.2. O Projeto Executivo é documento técnico e tem função administrativa. Pressupõe o conjunto de desenhos, textos, planilhas, gráficos, quantitativo de Materiais e Serviços, o orçamento a ele associado, além do Levantamento físico-arquitetônico e/ou físico-territorial da obra e dos Cadernos de Especificações Técnicas.

8.3. Deve ser entregue em meio digital ao contratante (CD, DVD), com informações adequadas sobre impressão em grandes formatos ("plotagem"), e também plotados em três vias, ou seja, serão entregues em três jogos. Os documentos em formato A4 deverão ser entregues impressos em três vias. Todas as pranchas e documentos em formato A4 deverão ser entregues arquivados em PASTA AZ devidamente identificadas.

8.4. Os Cadernos de Especificações Técnicas, segundo padrões vigentes, são textos ilustrados e tabulados que informam precisamente as etapas de execução, os procedimentos de controle e monitoramento tecnológico de materiais e processos e a forma de tratamento, transporte, armazenamento, execução, montagem, equipamentos, instalações e demais componentes de obra civil, segundo normas técnicas correspondentes.

8.5. O Projeto Executivo, nestes termos, configura o documento final deste contrato, condição necessária e suficiente para o planejamento, à definição e a execução da execução e posterior utilização pela entidade contratante, encerrando a relação de prestação de serviços.

8.6. O referido projeto deve seguir, necessariamente, as Normas Técnicas vigentes e concernentes à respectiva especialidade, como parâmetro de estudos e de definição de soluções técnicas de projeto, incluindo as formas de desenho técnico e apresentação de planilhas de quantitativos e orçamento. Devem ser atendidos, também, os requisitos da legislação incidente sobre as áreas de projeto.

9. CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

9.1. As especificações técnicas deverão conter: Informações técnicas necessárias à caracterização da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção;

9.2. Especificações detalhadas, definindo com clareza e precisão:

9.2.1. Características dos materiais a serem utilizados, sendo que marcas ou modelos serão meramente referenciais e poderão ser substituídos pelos rigorosamente equivalentes, ou seja, com mesma função e desempenho técnico;

9.2.2. Procedimentos de execução;

9.2.3. Aspecto e desempenho final desejado;

9.2.4. Descrição pormenorizada de cada uma das instalações, detalhando suas características técnicas, seus princípios de funcionamento, bem como, todas as recomendações necessárias, quanto às técnicas ideais de execução e aos padrões exigidos pelos órgãos de controle;

9.2.5. Deverá conter planilha geral de quantitativos.

10. ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 10.1. Elaborar um memorial descritivo da solução técnica, contendo nome/código das ~~uma~~ referenciadas;
- 10.2. Elaborar o Projeto Básico e Executivo por meio dos seguintes documentos: Desenhos (plantas baixas, detalhes, cortes, todos em arquivo digital em DWG e PDF, e com visualização em perspectiva, quando necessário), Especificações Técnicas, Cronograma Físico-Financeiro da obra, Planilhas orçamentárias (analíticas e sintéticas) com indicação dos preços unitários e totais, Cronograma e Planejamento Básico das atividades relativas à elaboração do Projeto Executivo e para a instalação e início de operação dos equipamentos.
- 10.2.1. Projeto Executivo devidamente aprovados nos órgãos competentes, incluindo o pagamento das taxas dos mesmos.
- Observação:** Os itens das planilhas orçamentárias (analítica e sintética) serão resultado de composições de custos (materiais e serviços) baseados em índices de sistemas específicos de orçamento, cujas origens deverão ser demonstradas. Outros materiais/equipamentos inexistentes em sistemas de orçamento, em decorrência de alguma especificidade, serão objeto de consulta ao mercado, devendo ser obtidos, no mínimo, três orçamentos comerciais.
- 10.2.1. O Projeto Executivo deverá ser subdividido, devendo haver a discriminação dos valores e documentos relativos a cada unidade.
- 10.2.2. Os documentos apresentados deverão conter todas as informações e elementos que possibilitem a adequada compreensão do projeto elaborado, permitindo a sua correta e precisa implantação.
- 10.2.3. O Projeto deverá ser detalhado e separado por UNIDADES REQUISITANTES com vistas a possibilitar a contratação de empresa para o fornecimento e instalação pretendidos, nos termos da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93) e todo o material deverá ser entregue às unidades para análise, as quais poderão solicitar adequações, complementos, acertos e modificações porventura julgadas necessárias à aprovação.
- 10.3. Apresentar estudos preliminares de consulta e avaliação junto à Fiscalização, em meio eletrônico apenas, através de transporte de dados em “pendrive”, CD, DVD ou enviado por “e-mail”.
- 10.4. Apresentar, após a vistoria, aprovação e definição do Projeto Executivo, todo o material resultante, em duas vias impressas em papel – padrão A4, encadernados, com as assinaturas e identificações pertinentes e em meio eletrônico através de CD ou DVD, que permanecerão anexos ao conjunto entregue.
- 10.5. Apresentar definição dos pontos onde serão instalados os equipamentos, com as necessárias especificações técnicas para a instalação.
- 10.6. Elaborar, através de documento específico, os requisitos de habilitação e de qualificação técnica que a empresa classificada em primeiro lugar no certame para a instalação deverá atender (documento RFP).
- 10.7. Elaborar listas de materiais necessárias para a execução física do projeto básico aprovado contemplando especificações técnicas e quantitativas de cada material sugerido.
- 10.8. Apresentar relatório acompanhado de fotos dos locais/áreas que receberão o sistema de cabeamento estruturado.
- 10.9. As plantas baixas serão disponibilizadas, oportunamente, em formato digital (.dwg/.pdf).

11. PRAZOS DO INÍCIO E DO DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

- 11.1. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias corridos e seguirá o seguinte cronograma:

11.2. O prazo de vigência do Contrato será de 180 (**cento e oitenta**) dias corridos;

11.3. Apresentação do Cronograma Prazo: 15 (quinze) dias, contados da publicação da contratação em Diário Oficial.

11.3.1. Descumprimento: desconto de 2% sobre o valor global da contratação

11.3.2. Início da Execução prevista no cronograma Prazo: 15 (dias) dias, contados da publicação da contratação em Diário Oficial.

11.4. Apresentação do projeto preliminar para análise (por unidade e global) Prazo: 40 (quarenta) dias, contados do início da execução do cronograma.

11.4.1. Descumprimento: desconto de 5% sobre o valor global da contratação.

11.4.2. Adequações ao projeto preliminar. Prazo: 15 (quinze) dias contados do recebimento de notificação emitida pela Unidade Requisitante.

11.5. Apresentação do Projeto Final Prazo: 90 (noventa) dias, contados da publicação da contratação em Diário Oficial.

11.5.1. Descumprimento: desconto de 10% sobre o valor global da contratação.

11.6. Análise e correções do projeto final – Prazo: 15 (quinze) dias após a apresentação do projeto final.

11.7. A contratada, a critério da fiscalização, poderá ser solicitada a apresentar e atualizar cronograma detalhado da elaboração dos serviços.

11.8. Qualquer prorrogação de prazo deverá ser solicitada à Fiscalização do Contrato, por escrito e com exposição de motivos, até 30 (trinta) dias corridos antes do prazo previsto para sua conclusão. A fiscalização encaminhará, após emitir parecer, à Direção Geral da Contratante, que poderá ou não conceder a prorrogação pretendida.

12. PERCENTUAIS DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. Etapa 1: 20% do valor total do contrato.

12.2. Etapa 2: 35% do valor total do contrato.

12.3. Etapa 3: 45% do valor total do contrato.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

13.1. Não poderão participar do referido procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

13.2. As empresas em recuperação judicial poderão participar do referido procedimento desde que comprovada, ainda na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, o que se dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme preleciona o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

13.3. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

13.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



14. LOCAIS ONDE SERÁ NECESSÁRIO O SERVIÇO

14.1. A prestação do serviço se dará na Unidade elencada abaixo:

14.1.1. SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA;

14.1.1.1. **Policlínica Sylvio Henrique Braune e Setor de Imunização** - Rua Plínio Casado, S/Nº - Centro, Nova Friburgo/RJ.

14.1.1.2. **Posto de Saúde Tunney Kassuga** - Rua Vicente Sobrinho, S/Nº - Olaria, Nova Friburgo/RJ.

14.1.1.3 **Posto de Saúde Waldir Costa** - Rua José Ernesto Knust, Nº 184 - Conselheiro Paulino, Nova Friburgo/RJ.

14.1.1.4. **Unidade Básica de Saúde José Copertino Nogueira** - Rua Antonio Augusto dos Reis Junior, S/Nº - São Geraldo, Nova Friburgo/RJ.

14.1.1.5. **Unidade Básica de Saúde Ariosto Bento de Mello** - Rua Darcília dos Santos, S/Nº - Cordueira - Nova Friburgo/RJ.

14.1.2. PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA;

14.1.2.1. **ESF Amparo** - Rua Raul Rivail Gripp, S/Nº - Amparo, Nova Friburgo/RJ.

14.1.2.2. **ESF Rio Grandina** - Praça N.S. do Rosário, S/Nº - Rio Grandina, Nova Friburgo/RJ.

14.1.2.3. **ESF Nova Suíça** - Rua Moisés Moraes Filho, S/Nº - Nova Suíça, Nova Friburgo/RJ.

14.1.2.4. **ESF Campo do Coelho** - Rua Jones Mendes Muniz - Campo do Coelho, Nova Friburgo/RJ.

14.1.2.5. **ESF Mury** - Av. Hamburgo, S/Nº - Mury, Nova Friburgo/RJ.

14.1.2.6. **ESF São Pedro da Serra** - Rua Rodrigues Alves, S/Nº - São Pedro da Serra - Nova Friburgo/RJ.

14.1.2.7. **ESF Lumiar** - Rua Guilherme Eugenia Spitz - Lumiar, S/Nº - Nova Friburgo/RJ.

14.1.3. SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Rua Augusto Cardoso, Nº 62 - Centro - Nova Friburgo/RJ.

14.1.4. VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Avenida Euterpe Friburguense, Nº 93 - Centro - Nova Friburgo/RJ.

14.1.5. HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO - Rua General Osório, Nº 324, centro, Nova Friburgo/RJ.

14.1.6. HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO - Travessa Antônio Fernandes Moreira, n.º 12, Centro, Nova Friburgo/RJ.

14.1.7. GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL;

15.1.7.1. **CAPS II** - Rua São Roque, Nº 240 - Bela Vista - Olaria - Nova Friburgo/RJ.

15.1.7.2. **CAPS A.D.** - Av. Comandante Bittencourt, Nº 142 - Centro - Nova Friburgo/RJ.

15.1.7.3. **CAPS INFANTIL** - Avenida Júlio Antônio Thuler, Nº 431 - Olaria - Nova Friburgo/RJ.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificados a seguir:

15.1.1. Elemento de despesa - 33.90.39.40

15.1.2. Fonte de recurso- 07 - SUS

15.1.3. Programas de Trabalho:

15.1.3.1. Subsecretaria de Atenção Básica/Imunização -
30001.10.301.0083.2.193;

15.1.3.2. Programa de Estratégia de Saúde da Família -
30001.10.301.0083.2.194;



- 15.1.3.3. Subsecretaria de Vigilância em Saúde – 30001.10.305.0086.2.208;
- 15.1.3.4. Subsecretaria de Vigilância Sanitária – 3001.10.304.0086.2.209;
- 15.1.3.5. Hospital Municipal Raul Sertã – 30001.10.302.0085.2.202;
- 15.1.3.6. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro – 30001.10.302.0085.2.203;
- 15.1.3.7. Gerência de Saúde Mental – 30001.10.302.0083.2.198

15.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.

16. DA LIQUIDAÇÃO

16.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 17.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 17.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 17.1.3. FGTS;
- 17.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 17.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 17.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

17.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

17.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

18. DA GARANTIA:

20.1. A CONTRATADA obriga-se a efetuar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) anos contados a partir da data do RECIBO DEFINITIVO, o seguinte:

20.1.1. Inspeção e verificação da implantação do projeto durante o período de execução do serviço de instalação da solução de CFTV, quando requisitado pela Unidade Requisitante, a fim de verificar a adequação dos serviços à época executados, para o que deverão ser efetuadas até 02 (duas) visitas técnicas, por cada solicitação de inspeção, ao local dos serviços, cada uma delas obrigatoriamente no prazo de 24 horas a partir do recebimento da requisição, as quais resultarão, em caso de se constatarem divergências executivas, na emissão de relatórios.

20.1.2. Correções e complementos que se julgarem necessários, devido a constatação de erros, falhas, inconsistências, que seja porventura identificados quando da implantação dos equipamentos. As medidas pertinentes relativas às providências acima indicadas deverão ser tomadas no prazo de 72h (setenta e duas horas) da notificação feita pela Contratante, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no termo contratual.



19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 19.1.1. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, verificando sua conformidade com as condições exigidas no contrato.
- 19.1.2. Fornecer à CONTRATADA a relação de servidores e unidades autorizadas a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato a atestar os relatórios de visita, quando necessário.
- 19.1.3. Permitir o acesso da Contratada às dependências das Unidades Requisitantes nos horários de expediente normal ou em horários extraordinários, conforme acordado com a Contratada.
- 19.1.4. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.
- 19.1.5. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;
- 19.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- 19.1.7. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;
- 19.1.8. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 19.1.9. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.
- 19.1.10. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos e subordinados.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93, demais cláusulas do presente Termo de Referência e das normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

- 20.1.1. Apresentar cronograma das etapas da elaboração do projeto, de acordo com as etapas descritas nesta especificação técnica e outras que julgar necessárias, em conformidade com este Termo.
- 20.1.2. Assumir inteira responsabilidade técnica pelo projeto elaborado, nos termos das normatizações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de outros órgãos normativos;
- 20.1.3. Responsabilizar-se, junto aos órgãos competentes, pela obtenção da ART junto ao CREA, sem ônus adicionais para a Contratante;
- 20.1.4. Ceder à Contratante os direitos patrimoniais referentes ao projeto objeto da presente contratação, importando o dever de indenizá-la por perdas e danos, em caso de utilização dos direitos patrimoniais pelo autor do projeto.
- 20.1.5. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

20.1.6. Executar os serviços com observância das especificações técnicas regulamentação aplicável ao caso, com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela fiscalização, se necessário.

20.1.7. Manter seus profissionais, enquanto permanecerem nas dependências da contratante, com o uso de uniforme com logotipo da empresa ou crachá de identificação.

20.1.8. Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta o ônus dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, bem como de indenizar todo e qualquer dano ou prejuízo pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à Contratante ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

20.1.9. Indicar, na data da assinatura do contrato, um profissional para ser responsável técnico do serviço, que atuará como preposto, na forma do disposto no Art. 68da Lei nº 8.666/93, informando à fiscalização contratual seu nome completo e telefone de contato.

20.1.10. Apresentar registro ou inscrição das empresas junto ao CREA.

20.1.11. Solicitar à Fiscalização da Contratante esclarecimento de dúvidas, detalhes, nomenclaturas ou definições porventura não explicitadas neste Termo de Referência.

20.1.12. Não transferir a terceiro a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar prestação a que está obrigada.

21. MEDIDAS ACAUTELADORAS

21.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

22. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

23. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

23.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo

dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

23.2. Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informados (as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
PATRICIA SOARES CARVALHO	299.080	FISCAL TITULAR
CAMILA LIBONATO MENDONÇA	299.421	FISCAL SUBSTITUTO
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA / IMUNIZAÇÃO		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
ALINE LIMA DE ABREU	2078.680	FISCAL TITULAR
ALEXANDRA RODRIGUES BARBOSA GAETA	299.038	FISCAL SUBSTITUTO
ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA		
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SUPERIOR IMEDIATO
KARLA HERDY ALMEIDA	299.089	FISCAL TITULAR
MARIZA DIAS SIQUEIRA	299.362	FISCAL SUBSTITUTO
HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO		
ANTONIO CARLOS SANT ANA	207.630	SUPERIOR IMEDIATO
GILMAR DOS PASSOS DA ROSA	062.346	FISCAL TITULAR
RAPHAEL JASMIM SANTOS	206.703	FISCAL SUBSTITUTO
HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO		
ADRIANE DE JESUS SCHENQUEL	299.287	SUPERIOR IMEDIATO
NÉLIO DOS SANTOS JR.	062.095	FISCAL TITULAR
MARCOS ALEXANDRE DA SILVA CRUZ	115.027	FISCAL SUBSTITUTO
SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
FABÍOLA BRAZ PENNA	6692	SUPERIOR IMEDIATO
FELIPE SOUZA DE OLIVEIRA	207.010	FISCAL TITULAR
PIERRE GRIPP GIBAJA	299.503	FISCAL SUBSTITUTO
SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
FABÍOLA BRAZ PENNA	206.692	SUPERIOR IMEDIATO
ERNANI MONTEIRO VIANNA DA SILVA	299.083	FISCAL TITULAR



PIERRE GRIPP GIBAJA	299.503	FISCAL SUBSTITUTO
CAPS II		
ROSILENE KLEIN BARRADAS	115.231	SUPERIOR IMEDIATO
LUCIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA ÂNGELO	062.194	FISCAL TITULAR
GEDALVA DE OLIVEIRA DA FONSECA	195.064	FISCAL SUBSTITUTO
CAPS A.D.		
CLAUDIA PIETROBON DE ALVARENGA MAFRA	299.138	SUPERIOR IMEDIATO
ERICK DALDT	211.142	FISCAL TITULAR
BÁRBARA SALOTTO MARCHETTI	115.218	FISCAL SUBSTITUTO
CAPS INFANTIL		
HELENA VENTURA WAMBIER	062.964	SUPERIOR IMEDIATO
CAROLINA GIANFALDONI VIANA	115.186	FISCAL TITULAR
ANDRICK DE AZEVEDO RISSO	062.665	FISCAL SUBSTITUTO
GESTORES		
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	062.639	GESTORA TITULAR
CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA

23.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

23.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

23.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

23.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

24. DA VISITA TÉCNICA

24.1. Será facultada as empresas interessadas em participar do certame licitatório a realização de visita (vistoria) técnica as dependências e instalações do Almoxarifado Central, vistando total ciência das condições do local;

24.2. A visita técnica poderá ser realizada por um responsável técnico credenciado da Licitante, acompanhado por um profissional designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

24.3. A **CONTRATANTE** deverá emitir pela Direção Administrativa da Unidade declaração de Visita Técnica, na qual certifica a visita do representante a empresa interessada para a verificação das instalações onde serão executadas os serviços, objeto do presente certame, conforme Anexo, deste edital (Declaração de Vistoria Técnica). Tal visita deverá ser realizada de 2ª à 6ª feira, no horário compreendido entre 09h00minhs às 16h00mins até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para o Certame.

24.4. Considera-se de grande relevância a realização da vistoria visto que propicia ao proponente o exame,

a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo que possa de alguma forma, influir, sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto.

24.5. A empresa que **NÃO** vistoriar os locais assumirá todos os riscos e ônus referentes ao não conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir desta visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização efetiva do serviço.

24.6. **A licitante que optar pela não realização da Vistoria Técnica deverá entregar juntamente com a documentação da habilitação técnica, Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelo constante deste Termo de Referência.**

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

25.1.1. Comete infração administrativa:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

25.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

25.3. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

25.3.1. Advertência;

25.3.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

25.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

25.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

25.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

25.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

27. DA RESCISÃO

27.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte da Contratada, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

27.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

27.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

27.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

27.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

28. DO FORO

28.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo, 07 de julho de 2022.

Termo de referência elaborado por:

Gilmara Guimarães de Souza
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Matrícula: 062.870

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da lei federal nº 8666/93, bem como autorizo
ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Mat.: 106.137

ANEXOS

**DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA– do Termo de Referência
(MODELO)**

Empresa: _____
CNPJ: _____
Tel: _____
Representante: _____
RG: _____
Assinatura do representante: _____

Declaro que a empresa visitou as dependências das Unidades Requisitantes, verificando as instalações onde serão executados os serviços descritos no processo licitatório nº 17768/2022, Pregão presencial nº _____ estando plenamente consciente da infraestrutura e das condições para a prestação dos serviços.

Nova Friburgo, ____ de _____ de 2022.

Nome Diretor Administrativo: _____
Matrícula/ Carimbo: _____
Assinatura: _____

Representante da Empresa

ANEXO



**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA – do Termo de Referência
(Modelo)**

A empresa _____, CNPJ _____, por intermédio do(a) Senhor(a) _____, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado por meio do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista no Edital, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por esta dispensa.

Nova Friburgo, _____ de _____ de 2022.

Representante da Empresa